



CONCURSO PÚBLICO DE CONCEÇÃO DA SOLUÇÃO ARQUITETÓNICA PARA A “ZONA DE ALVENARIA” DO BAIRRO DA BOAVISTA EM LISBOA

TERMOS DE REFERÊNCIA



TERMOS DE REFERÊNCIA

1. Objeto do concurso	3
2. Designação do Procedimento	3
3. Entidade Adjudicante	3
4. Legislação aplicável	4
5. Código CPV	4
6. Júri do concurso	4
7. Concorrentes admitidos	5
8. Impedimentos	5
9. Documento de Identificação	5
10. Documentos da proposta	6
11. Documentos digitais	8
12. Esclarecimentos sobre as peças do procedimento	8
13. Data e local de apresentação dos trabalhos.....	8
14. Critério de selecção	9
15. Trabalhos selecionados	11
16. Aquisição de um projeto mediante procedimento de contratação por ajuste direto	11
17. Acesso às peças do procedimento	11
18. Visitas ao local da intervenção e Sessões informativas	12
19. Modo de apresentação dos trabalhos	12
20. Exposição pública dos trabalhos	13
21. Comprovação de habilitações	13
22. Calendário	13
23. Documentos do procedimento	14

TERMOS DE REFERÊNCIA

1. Objeto do concurso

- 1.1. O presente concurso público visa proceder à seleção da solução arquitetónica mais adequada para os novos edifícios a construir na denominada “Zona de Alvenaria” do Bairro da Boavista, em Lisboa no âmbito da operação de requalificação que a Câmara Municipal de Lisboa pretende levar a cabo naquele bairro.
- 1.2. As propostas a concurso dizem respeito a uma área de intervenção tipo definida no âmbito do Projeto de Loteamento, atualmente em fase de elaboração, a implementar no local, identificada e caracterizada no Anexo 2 ao Programa Preliminar anexo aos presentes termos de referência.
- 1.3. Os trabalhos a apresentar deverão respeitar os requisitos constantes do Programa Preliminar que constitui o Anexo I aos presentes Termos de Referência.
- 1.4. O edifício tipo a conceber deverá obrigatoriamente ser suscetível de aplicação nos 46 lotes definidos para o projeto de loteamento de acordo com o faseamento previsto e a área de expansão já contemplada.

2. Designação do Procedimento

- 2.1. O presente procedimento tem a designação - Concurso público de conceção da solução arquitetónica para a “Zona de Alvenaria” do Bairro da Boavista em Lisboa.
- 2.2. O Procedimento reveste a modalidade de “Concurso Público de Conceção”, nos termos do artº 219º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

3. Entidade Adjudicante

- 3.1. A entidade adjudicante do presente procedimento é o Município de Lisboa, NIPC 500 051 070, com sede na Praça do Município, em Lisboa.
- 3.2. A deliberação de lançar o presente procedimento foi tomada pela Câmara Municipal de Lisboa, no exercício das suas competências próprias, através da deliberação nº 252/CM/2013, aprovada na reunião de 10 de abril de 2013.

4. Legislação aplicável

O presente procedimento reger-se-á pelo disposto no Código dos Contratos Públicos, de ora em diante designado abreviadamente por CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/2009, de 2 de Outubro, e respetiva legislação complementar.

5. Código CPV

Ao objeto do presente concurso corresponde o código 71200000-0 do Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), conforme definido pelo Regulamento (CE) nº 213/2008, de 28 de Novembro de 2008.

6. Júri do concurso

Por deliberação da Entidade Adjudicante, cuja cópia constitui o Anexo II aos presentes Termos de Referência, o Júri do concurso será constituído pelos seguintes membros:

- 6.1.** Arquiteta Livia Tirone, indicada pela Ordem dos Arquitetos sob proposta do Município, membro efetivo e que presidirá;
- 6.2.** Arquiteto Carlos Veloso, indicado pela Ordem dos Arquitetos, membro efetivo;
- 6.3.** Arquiteto Rui Franco, indicado pela Câmara Municipal de Lisboa / Coordenação QREN/GABIP Boavista, membro efetivo;
- 6.4.** Arquiteta Rita Fernandes, indicada pela GEBALIS, E.M., membro efetivo;
- 6.5.** Gilda Caldeira indicada pela ARMABB – Associação Recreativa dos Moradores e Amigos do Bairro da Boavista, membro efetivo;
- 6.6.** Arquiteto Eduardo Cabido, indicado pelo Pelouro do Urbanismo da Câmara Municipal de Lisboa, membro suplente;
- 6.7.** Arquiteto Alan Henriques, indicado pelo Pelouro da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa, membro suplente;
- 6.8.** Arquiteto João Gois, indicado pela Ordem dos Arquitetos, membro suplente.

7. Concorrentes admitidos

7.1. Poderão apresentar propostas no âmbito do presente concurso:

7.1.1. Profissionais independentes ou empresários em nome individual com inscrição efetiva ou temporária em vigor na Ordem dos Arquitetos;

7.1.2. Pessoas coletivas cujo objeto social abranja a atividade de elaboração de estudos ou projetos de arquitetura;

7.2. Tratando-se de arquitetos estrangeiros é obrigatória a prova da inscrição ou do pedido de inscrição efetiva ou temporária na Ordem dos Arquitetos portuguesa;

7.3. Caso se trate de uma pessoa coletiva estrangeira, deverá ser entregue certidão do registo comercial ou documento equivalente emitido pelo país de origem, autenticada e acompanhada da respetiva tradução oficial;

7.4. Os concorrentes deverão apresentar uma equipa projetista cuja coordenação deve ser assumida por um arquiteto com inscrição efetiva ou temporária em vigor na Ordem dos Arquitetos;

7.5. A equipa projetista será obrigatoriamente constituída, para além do arquiteto coordenador, pelos técnicos autores indispensáveis ao desenvolvimento dos estudos previstos no Caderno de Encargos relativo ao procedimento de ajuste direto que integra o presente procedimento, atentas eventuais condições imperativas estabelecidas no programa preliminar.

8. Impedimentos

Não podem concorrer ou integrar qualquer agrupamento concorrente as entidades singulares ou coletivas que se encontrem impedidas pelas situações previstas nos artºs 55º do CCP e 44º do Código do Procedimento Administrativo (CPA).

9. Documento de Identificação

Os concorrentes devem apresentar um Boletim de Identificação, nos termos do Anexo III aos presentes Termos de Referência, que contenha a respetiva identificação e contatos, bem como a constituição nominativa da equipa projetista referida nos n.ºs 7.4 e 7.5 do ponto 7., identificando as habilitações profissionais específicas de cada um dos seus membros, nos termos previstos nos mesmos números.

10. Documentos da proposta

Os trabalhos apresentados a concurso deverão ser integrados pelos seguintes documentos elaborados em língua portuguesa:

10.1. Peças Escritas – Caderno A4

Os concorrentes devem apresentar, sob a forma de caderno encadernado de formato DIN A4 (210mm x 297mm) com todas as páginas impressas numeradas e com menção na primeira página ao número total de páginas, as seguintes peças escritas:

- 10.1.1. Memória Descritiva e Justificativa**, com o número máximo de 25 (vinte e cinco) páginas, que descreva e justifique a conceção preconizada para a “Zona de Intervenção Padrão” e para o edifício tipo, acompanhada por todos os esquemas gráficos necessários para a sua compreensão, contendo os princípios gerais de conceção da solução proposta, com especial enfoque nos aspectos constantes dos fatores e subfatores que densificam o critério de selecção previstos no Artº 14º;
- 10.1.2. Quadro Resumo de Áreas** para cada uma das funções previstas para o interior do lote e do edifício tipo, indicando as áreas preconizadas em cada uma das fracções previstas e decorrentes da sua eventual evolução tipológica;
- 10.1.3. Quadro Resumo de Quantidades e de Estimativa do Custo Total da Obra**, para o edifício tipo, com discriminação dos valores referentes às especialidades consideradas conforme Anexo IV, o qual deverá obrigatoriamente respeitar o custo máximo de construção por metro quadrado definido para a Habitação de Custos Controlados (513,60 €/m²).

10.2. Peças Gráficas – Painéis A1

A solução proposta deve ser concretizada em peças gráficas, apresentadas sobre 4 painéis em formato DIN A1 com orientação opcional (ao alto ou ao baixo), utilizados numa só face, em material leve autoportante com uma espessura máxima de seis milímetros. Nos painéis devem constar, para além das legendas próprias dos elementos gráficos e desenhados, única e exclusivamente a identificação do presente concurso, e, no canto superior direito de cada painel, a numeração 1-4, 2-4, 3-4 e 4-4. As peças gráficas/desenhadas a elaborar deverão conter, **no mínimo**, a apresentação dos seguintes elementos:

- 10.2.1. Painel 1:** Desenho de implantação à escala 1:500 representando a área denominada “Zona de Alvenaria”, definindo a implantação do edifício na “Zona de Intervenção Padrão” e o princípio inerente à sua repetição, com indicação dos restantes elementos que nela deverão também integrar-se, nomeadamente o estacionamento, os talhões de terra cultivável, as circulações e demais aspectos previstos no programa preliminar;
- 10.2.2. Painéis 2 e 3:** Plantas, cortes e alçados, à escala 1:100 do edifício tipo, incluindo eventuais adaptações para implantação em topo de banda, evidenciando a organização geral dos espaços interiores e exteriores, os acessos, as zonas técnicas, as possíveis evoluções tipológicas preconizadas, bem como os aspectos principais a ter em conta no desenho e materialização das fachadas, empenas e coberturas; desenho construtivo, à escala 1/20, ou superior, que demonstre a(s) solução(ões) construtiva(s) da proposta.
- 10.2.3. Painel 4:** – Imagens que permitam visualizar a replicação do edifício em lotes contíguos e obter uma ideia de conjunto da área denominada “zona de alvenaria”, bem como outros elementos tidos por relevantes, tais como imagens de aspetos específicos interiores e exteriores do edifício, dos acabamentos e dos demais aspetos que os concorrentes entendam salientar.

Além das peças gráficas previstas no número anterior, os concorrentes podem inserir nos painéis, ao seu critério, elementos tidos por relevantes, tais como organogramas, ou outra formas esquemáticas, que permitam avaliar os níveis de compatibilidade da interdependência dos espaços funcionais previstos para comportarem as atividades dos utentes; ou quaisquer elementos que descrevam ou justifiquem a concepção da solução proposta face às condições estabelecidas no Programa Preliminar constante do Anexo II aos presentes Termos de Referência.

10.3. Maquete

Os concorrentes devem apresentar uma maquete da solução proposta à escala 1:100, em material leve à escolha, com 250x370mm de base, representando a solução preconizada para a “Zona de Intervenção Padrão”, incluindo todos os elementos nela previstos.

11. Documentos digitais

Os concorrentes devem ainda apresentar um CD/DVD, não regravável, apenas para efeitos de exposição e divulgação a promover pela Entidade Adjudicante e pela Ordem dos Arquitectos – Secção Regional Sul, o qual deve apresentar, no rosto, uma etiqueta da qual conste as identificações do Concurso e do Concorrente, contendo os seguintes elementos:

- a)** Ficheiro/s de todos os painéis em formato PDF A1 (com resolução mínima das imagens de 300dpi);
- b)** Ficheiro único com o caderno em formato PDF A4;
- c)** Ficheiro/s de todas as peças gráficas, que integram os painéis e o caderno A4, incluindo as peças desenhadas do projecto em formato vectorial não editável.

12. Esclarecimentos sobre as peças do procedimento

- 12.1.** Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 12.2.** Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados por escrito, pelo júri do procedimento, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 12.3.** O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previstos no número anterior.
- 12.4.** Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores serão disponibilizados na plataforma eletrónica e no site utilizados pela entidade adjudicante.
- 12.5.** Os esclarecimentos e as retificações referidos nos n.ºs 1 a 3 fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

13. Data e local de apresentação dos trabalhos

- 13.1.** Os trabalhos apresentados pelos concorrentes deverão ser entregues directamente nas instalações da Câmara Municipal de Lisboa – GABIP Boavista, sitas na Praça do Município n.º 18 – 2.º, em Lisboa, nos dias úteis entre as 9h30 e as 12h00 ou entre as 14h00 e as 16h30, ou enviados, sem indicação do remetente, por correio registado,

devendo a receção ocorrer, em qualquer dos casos, até às 16.30 horas do 60º (sexagésimo) dia, a contar da data de envio do anúncio para publicação no Diário da república (II Série).

- 13.2.** A receção dos invólucros exteriores deve ser registada, anotando-se a data e a hora em que os mesmos são recebidos e, no caso de entrega direta, deve ser apenas entregue ao seu portador um recibo comprovativo dessa entrega.

14. Critério de seleção

A seleção do trabalho vencedor será realizada pela classificação dos seguintes factores, ponderados do modo que em seguida se indica:

- 14.1 Factor Social** com 0,25 de ponderação na classificação total e que se subdivide nos seguintes subfactores:

- 14.1.1 Capacidade de integração no projecto das expectativas dos moradores no âmbito da metodologia participativa apresentada (0 a 10 pontos);
- 14.1.2 Acessibilidade do edifício e das fracções, nomeadamente a pessoas idosas e com mobilidade reduzida (0 a 10 pontos);
- 14.1.3 Dimensão e adequação da solução de talhões cultiváveis proposta (0 a 10 pontos);
- 14.1.4 Exequibilidade das soluções de evolução tipológica das fracções (0 a 10 pontos).

- 14.2 Factor Energético/Ambiental** com 0,25 de ponderação na classificação total e que se subdivide nos seguintes subfactores:

- 14.2.1 Sustentabilidade das soluções e técnicas construtivas propostas resultante do seu impacto ambiental (0 a 10 pontos);
- 14.2.2 Desempenho energético do edifício e das habitações (0 a 10 pontos);
- 14.2.3 Adequação das soluções propostas para aproveitamento de águas da chuva e de reutilização de águas cinzentas (0 a 10 pontos);
- 14.2.4 Dimensionamento e adequação do sistema termo-solar de aquecimento de águas proposto (0 a 10 pontos).

- 14.3 Factor Económico** com 0,25 de ponderação na classificação total e que se subdivide nos seguintes subfactores:

- 14.3.1 Racionalidade da solução tectónica e arquitectónica proposta (0 a 10 pontos);

- 14.3.2 Segurança da estimativa e cumprimento do valor máximo dos custos de construção (0 a 10 pontos);
- 14.3.3 Custos de manutenção das partes comuns, resultante das opções construtivas (0 a 10 pontos);
- 14.3.4 Custos de renovação do interior dos fogos resultante das opções construtivas para pavimentos, cozinhas e instalações sanitárias (0 a 10 pontos).

14.4 Factor Architectónico com 0,25 de ponderação na classificação total e que se subdivide nos seguintes subfactores:

- 14.4.1 Qualidade arquitectónica da solução proposta (respondendo às características de natureza funcional enunciadas no Programa Preliminar, designadamente quanto aos fogos previstos e respectivas áreas) (0 a 10 pontos);
- 14.4.2 Adequação do projeto à topografia, faseamento e demais características do loteamento (articulação dos edifícios entre si e com o espaço público, das soluções para o estacionamento, circulações, talhões cultiváveis e da imagem de conjunto resultante da replicação do edifício nos diferentes lotes) (0 a 10 pontos);
- 14.4.3 Integração de soluções bioclimáticas de ventilação e climatização passivas (0 a 10 pontos);
- 14.4.4 Carácter inovador das soluções apresentadas (0 a 10 pontos).

A classificação final de cada proposta resultará do somatório das pontuações parciais obtidas em cada factor e subfactor, multiplicados pelos valores dos respectivos coeficientes de ponderação.

A pontuação de cada um dos factores será atribuída, numa escala de 0 a 10 pontos, com base na seguinte metodologia:

Proposta de excelente qualidade e com um nível excelente de detalhe dos trabalhos especificados, relativamente aos aspectos do factor em apreciação.	10
Proposta de muito boa qualidade e com um nível muito bom de detalhe dos trabalhos especificados, relativamente aos aspectos do factor em apreciação.	8
Proposta de boa qualidade e com um bom nível de detalhe dos trabalhos especificados, relativamente aos aspectos do factor em apreciação	6
Proposta de qualidade satisfatória e com um nível satisfatório de detalhe dos trabalhos especificados, relativamente aos aspectos do factor em apreciação	4
Proposta de qualidade fraca e com um nível fraco de detalhe dos trabalhos especificados, relativamente aos aspectos do factor em apreciação	2
Proposta de muito fraca qualidade que não satisfaz os trabalhos especificados, relativamente aos aspectos do factor em apreciação	0

15 Trabalhos seleccionados

- 15.1** O Júri ordenará as propostas admitidas através da aplicação dos critérios previstos na cláusula anterior;
- 15.2** A cada um dos cinco trabalhos melhor classificados será atribuído um prémio pecuniário no valor de 5.000,00 € (cinco mil euros);
- 15.3** Aos autores dos restantes trabalhos, que se distingam pela sua singularidade, poderão ser atribuídas Menções Honrosas de natureza não pecuniária;
- 15.4** Os prémios, cujos valores líquidos no caso de concorrente pessoa singular, são os referidos no número 2 do presente artigo, são pagos pela Entidade Adjudicante no prazo de 60 (sessenta) dias úteis a contar da data de notificação da decisão de selecção de trabalhos e de atribuição de prémios.

16 Aquisição de um projeto mediante procedimento de contratação por ajuste direto

- 16.1** Ao abrigo do previsto na alínea g) do nº 1 do artº 27º do CCP, a Câmara Municipal de Lisboa celebrará com o autor do trabalho vencedor e mediante um procedimento de ajuste direto um contrato de prestação de serviços destinado a adquirir o conjunto de projetos necessários à construção do edifício tipo cuja conceção é objeto do presente concurso;
- 16.2** Caso não seja viável a celebração do contrato previsto na alínea anterior com o autor do projeto classificado em primeiro lugar no presente concurso, poderá o referido contrato ser celebrado com algum dos autores dos trabalhos classificados nos lugares imediatos, por ordem da respetiva classificação;
- 16.3** O contrato previsto no presente número será celebrado de acordo com os termos previstos no Caderno de Encargos que integra o presente procedimento.

17 Acesso às peças do procedimento

- 17.1** As peças que integram o presente concurso poderão ser descarregadas da plataforma de contratação Saphety.gov, utilizada pela Entidade Adjudicante, e através da qual se processará toda a tramitação do procedimento;
- 17.2** O processo completo do presente concurso estará ainda disponível para consulta e download livremente por qualquer interessado, desde a data de envio do anúncio para publicação no Diário da República, no site da Câmara Municipal de Lisboa (habitacao.cm-lisboa.pt) e no site da Ordem dos Arquitectos – Secção Regional Sul (www.oasrs.org).

18 Visitas ao local da intervenção e Sessões informativas

- 18.1** A Entidade Adjudicante poderá organizar, no 1º terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, visitas ao local de intervenção, bem como promover e moderar sessões informativas com a presença dos moradores e de outras entidades associadas ao procedimento.
- 18.2** Os eventos previstos na alínea anterior serão atempadamente divulgados na plataforma de contratação utilizada e nos sítios mencionados no ponto 17.

19 Modo de apresentação dos trabalhos

- 19.1** Os documentos que materializam cada um dos trabalhos de conceção, previsto no ponto 10, devem ser encerrados em invólucro opaco e fechado, no rosto do qual deve ser escrita apenas a palavra «**Trabalho**» e a designação do concurso.
- 19.2** Em invólucro com as características indicadas no número anterior, deve ser encerrado um documento com a identificação e os contactos do concorrente, e os Documentos Digitais previstos nos pontos 9, e 11, no rosto do qual deve ser escrita apenas a palavra «**Concorrente**» e a designação do concurso.
- 19.3** Os invólucros a que se referem os números anteriores são encerrados num outro, igualmente opaco e fechado, que se denomina «**Invólucro exterior**», indicando-se apenas a designação do concurso e da entidade adjudicante.
- 19.4** Excecionalmente, e em virtude da dimensão das peças ou dos painéis apresentados, se o concorrente necessitar de encerrar os documentos previstos no artigo anterior em mais do que um invólucro, cada um dos invólucros deve respeitar o disposto no n.º 19.1 e ser apresentado com uma referência sequencial; todos estes invólucros devem, por sua vez, ser encerrados no «**Invólucro exterior**» referido no número anterior.
- 19.5** Os documentos que materializam os trabalhos de conceção, bem como todos os invólucros referidos nos números anteriores, devem ser elaborados e apresentados de tal forma que fique assegurado o total e absoluto anonimato dos concorrentes, não podendo conter qualquer elemento que permita, de forma direta ou indireta, identificar o seu autor ou autores.

20 Exposição pública dos trabalhos

- 20.1** Após o encerramento do concurso, a Câmara Municipal de Lisboa poderá promover uma exposição pública dos trabalhos admitidos;
- 20.2** Pelo ato de entrega dos trabalhos a concurso os concorrentes manifestam a sua concordância e dão a necessária autorização para a respetiva exibição pública no âmbito da exposição referida no número anterior, bem como para a eventual publicação de um catálogo da mesma;
- 20.3** As maquetas e os painéis a exhibir na exposição serão os mesmos que hajam sido entregues com os trabalhos, apenas sendo possível efetuar neles a reparação de eventuais danos físicos decorrentes do respetivo manuseamento, acompanhados da identificação dos respetivos autores;
- 20.4** Após a outorga do contrato previsto no Caderno de Encargos que integra o presente procedimento, os concorrentes serão notificados para procederem ao levantamento dos respetivos trabalhos no prazo máximo de 30 dias, após o que cessará qualquer responsabilidade da Entidade Adjudicante pela respetiva guarda e conservação. O trabalho seleccionado ficará a pertencer à Entidade Adjudicante.

21 Comprovação de habilitações

- 21.1** O concorrente cujo trabalho de conceção tenha sido classificado em primeiro lugar no concurso deve apresentar no prazo de cinco dias a contar da notificação da decisão os documentos comprovativos de que possui as habilitações e os requisitos exigidos aos concorrentes, sob pena de caducidade da seleção do respetivo trabalho;
- 21.2** No caso de caducidade da decisão de seleção em resultado do incumprimento do previsto no número anterior, a Entidade Adjudicante seleccionará o trabalho indicado no lugar imediatamente a seguir.

22 Calendário

22.1 O calendário do Concurso, a iniciar com a data do envio do respetivo Anúncio para publicação na II Série do *Diário da República*, será o seguinte:

Pedidos de esclarecimento: até às **16.30 horas** do **20.º dia** após a data de envio do Anúncio para publicação no DR;

Respostas aos pedidos de esclarecimento: até às **16.30 horas** do **40.º dia** após a data de envio do Anúncio para publicação no DR;

Receção dos trabalhos: até às **16.30 horas** do **60.º dia** após a data de envio do Anúncio para publicação no DR e no JOUE, nas instalações da Entidade Adjudicante;

Notificação da decisão de seleção e de atribuição de prémios, aos Concorrentes: nos 15 (quinze) dias subsequentes à data da conclusão do Relatório Final de Júri;

Prazo para apresentação dos Documentos de Habilitação: nos 5 (cinco) dias subsequentes à data da notificação;

Publicação do Anúncio do resultado do Concurso no *Diário da República*: até 60 (sessenta) dias após a decisão de seleção;

Pagamento dos prémios: no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de notificação da decisão de seleção e de atribuição de prémios;

Exposição pública dos trabalhos: data e local a definir;

Levantamento dos trabalhos: até 30 (trinta) dias após a data de encerramento da Exposição.

22.2 Até à data limite de receção dos trabalhos, os prazos indicados são contados em dias seguidos de calendário; os prazos seguintes contam-se em dias úteis.

22.3 Após o envio do Anúncio para publicação serão divulgadas, nos sítios designados no ponto 17, as datas correspondentes aos prazos indicados até à receção dos trabalhos.

23 Documentos do procedimento

O presente procedimento é integrado pelas seguintes peças:

a) TERMOS DE REFERÊNCIA, e

Anexo I: Programa Preliminar, e

Anexo 1: Apresentação síntese do Plano de Acção da Operação “Eco-Bairro Boavista – Ambiente +”,

Anexo 2: Peças desenhadas

- . Tela 1 – Levantamento da situação existente com indicação da área do loteamento e do faseamento
- . Tela 2 – Área do loteamento com indicação das 46 zonas de intervenção padrão e da área de expansão
- . Tela 3 - Caracterização da zona de intervenção padrão onde será implantado o edifício a conceber

Anexo 3: Portaria 500/97 de 21 de Julho (habitação de custos controlados)

Anexo 4: 1º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 547, de 12/08/2004

Anexo II: Deliberação de designação do Júri

Anexo III: Boletim de Identificação

Anexo IV: Modelo de Quadro Resumo de Quantidades e Estimativa de Custos de Construção

Anexo V: Modo de apresentação dos trabalhos – Esquema

b) CADERNO DE ENCARGOS